

O PRINCIPAL PRODUTOR DE AÇUCAR DO ATLÂNTICO SUL: O DESTAQUE DO NORDESTE BRASILEIRO NA INDÚSTRIA AÇUCAREIRA NOS SÉCULOS XVI E XVII

Eduarda Jardim Monteiro¹

Uma vez tomada a decisão de iniciar o plantio da cana-de-açúcar na América Portuguesa do século XVI, uma sociedade de estruturas complexas começou a se desenvolver. Esse sistema histórico, em um primeiro momento, se moldou diante de um modelo econômico de capitanias, que funcionava com a condição de quatro grandes pilares: o trabalho compulsório escravista em larga escala, as grandes quantidades de extensões de terra, a produção massiva da monocultura de um determinado produto voltado para a exportação e o desenvolvimento da indústria açucareira. Os engenhos, lugar onde se era produzido o açúcar e seus derivados, possuíam um sistema multifário de produção, no qual eram envolvidas diversas etapas, tanto na parte da produção do produto quanto para prepará-lo para a exportação.

A obra historiográfica, “O Nordeste Açucareiro no Brasil Colonial”, publicada no ano de 2014, escrita por Stuart Schwartz, traz em seu estudo diversos fatores importantes sobre a História do Brasil Colonial. Concentrando-se em estudar principalmente as regiões de Pernambuco e Bahia, o autor procura entender os processos da economia açucareira e os vínculos sociais que se desenvolviam ao redor dela. Assim, diversos fatores são analisados, incluindo o surgimento da indústria, as condições pelas quais ela pôde se desenvolver, os conflitos político-sociais daquela época e o destaque da Colônia Portuguesa dentro do Comércio Ultramarino.

Posto isto, evidencia-se que a presente resenha busca dar enfoque a desenvoltura dos argumentos articulados por Schwartz diante de assuntos que retratam a economia açucareira na América Portuguesa e as individualidades da sociedade nos séculos XVI e XVII. A narrativa abordará os seguintes assuntos: o destaque brasileiro no comércio do açúcar, as oscilações do preço e da produção açucareira - em virtude das guerras internas com os holandeses e outros fatores - a vulnerabilidade da colônia pautada em questões ligadas ao

¹ Graduanda em História (PUCG/UFF); e-mail: eduardajardim@id.uff.br.

mundo atlântico e a relação direta entre o aumento considerável do número de engenhos com a expansão do comércio de escravos. O historiador também aborda o papel das instituições religiosas dentro da economia colonial, colocando em destaque a importância da utilização de créditos para o alavancamento da indústria. Ademais, apresenta de forma detalhada os processos que ocorriam dentro das Casas de Engenho, no trabalho dos lavradores de cana e, mais ao final do texto, acerca da hierarquização do trabalho, ressaltando que “os engenhos foram ao mesmo tempo geradores e espelhos da sociedade brasileira durante a grande época açucareira” (SCHWARTZ, 2014, pág. 372).

Para a edificação das analogias dessas temáticas citadas acima, o autor traz em sua construção textual diversos argumentos. Como o principal deles, pode-se identificar um momento específico que se passa no século XVI, no qual a cana-de-açúcar é introduzida nos cotidianos dos colonos. Assim, o ano de 1534 foi marcado pelo começo da produção açucareira, que ocasionou no início de uma transformação intensa nas bases da estrutura da sociedade daquela época, considerando um enfoque aproximado na região do litoral nordestino. Nesse sentido, as reformas incorporadas trouxeram vultosas mudanças, que ocasionaram posteriormente no desenvolvimento socioeconômico da Colônia Portuguesa.

Em um primeiro momento, as lavouras e engenhos contaram, para que conseguissem prosseguir sua evolução, com a adoção da mão-de-obra escrava indígena. Todavia, com o tempo, a prática do escambo e a demanda de trabalho exigida pelos portugueses tornou-se insuficiente para que essa relação com os índios fosse mantida, em virtude principalmente da concepção comunitária existente entre as raízes culturais dos nativos. Além disso, é importante constar que, ao decorrer dos anos da colonização, a resistência dos indígenas e as grandes epidemias também foram importantes fatores sociais que dificultaram o domínio dos estrangeiros. Assim, devido as consequências diretas a essa situação, a colônia contou com transformações em sua estruturação. Para a solução do *déficit* de índios escravos, os colonizadores aderiram a gradual substituição da mão-de-obra nativa pela africana.

A partir deste ponto da História, dois pontos importantes devem ser observados. De um lado observamos, diante da perspectiva de Schwartz, a indústria do açúcar crescendo cada vez mais, mesmo que com altos e baixos referentes a conflitos político-econômicos internos. De outro, a notável ascensão de lucros envolvida no Tráfico Atlântico, no qual os escravos de

origem africana passaram a cada vez mais incorporar os ambientes desses engenhos. Todavia, foi somente na década de 1570 que a fartura dos plantadores de cana prosperou. A datar deste período, o território da colonização tornou-se o maior e principal produtor de açúcar do Atlântico Sul. Esse novo momento marcante só foi possível em razão de dois agentes: a localização geográfica e as excelentes condições naturais que o litoral oferecia para o desenvolvimento da indústria dessa matéria-prima. Ademais, como já foi citado antes, a adoção da mão-de-obra escrava africana foi um outro coeficiente que permitiu a ampliação do setor em meados do fim do século XVI - apesar de ter sido lenta, durando mais de meio século para ser completa.

Outra razão para a continuação do progresso industrial açucareiro foi, sem dúvidas, a concessão de crédito para o seu financiamento. Essa iniciativa vinha, sobretudo, de instituições religiosas e comerciantes de afortunado poderio. É essencial lembrar que a concessão de crédito era crucial para a construção de ainda mais engenhos. Bem como enfatiza Schwartz,

“No século XVI, contudo, a Coroa já se eximia de qualquer participação direta, preferindo estimular a indústria mediante a concessão de terras e isenções fiscais a investidores privados. Alguns engenhos de açúcar pertenciam a instituições, sendo as mais importantes as ordens religiosas, especialmente os jesuítas, os carmelitas e os beneditinos. Os jesuítas, [...] foram inicialmente apoiados por subsídios reais e heranças privadas. [...] Outras ordens religiosas também se envolveram na economia açucareira. Na Bahia, [...] cultivaram a cana-de-açúcar em diferentes momentos, chegando os beneditinos e carmelitas a ter seus próprios engenhos.” (SCHWARTZ, 2014, pág. 358).

Entretanto, havia desvantagens de comercializar na Colônia Portuguesa, como, a título de exemplo, a falta de investimentos no âmbito produtivo. Anos mais tarde, o aumento das interações econômicas da Colônia no Comércio Atlântico acabou acarretando diversas consequências, incluindo a principal delas: o surgimento de um sistema privado de monopólio dos comerciantes, que tinha como função encarregar navios para o transporte do açúcar americano. Em vista desse cenário, a Coroa não ficara muito satisfeita e a todo custo tentavam implementar impostos e alternativas que lhes dessem vantagens. A resistência dos mercadores foi forte, entretanto, no ano de 1648, “o estabelecimento de um sistema de frotas, organizado pela “Brazil Company” (SCHWARTZ, 2014, pág. 352), passou a exercer o poder ativo das exportações do Brasil.

Durante este intervalo temporal, um outro ponto trazido por Schwartz, para o embasamento de sua perspectiva central, foi a chegada dos holandeses. As invasões ao litoral do Nordeste brasileiro provocaram sensíveis concorrências no comércio do açúcar, no qual o produto caribenho passou a ser um grande adversário mercante dos portugueses. Esse período foi frisado pela crescente e numerosa importação de escravos africanos, que coincidiu, segundo o autor, com o ápice das exportações açucareiras no Brasil holandês. Contudo, ainda que existissem conflitos, o novo caráter econômico da região exigia uma crescente demanda de mão-de-obra e as “atividades europeias no litoral africano elevaram o preço dos escravos no Brasil” (SCHWARTZ, 2014, pág. 348). Assim, o preço do açúcar holandês avolumou, enquanto o da América Portuguesa minguou. Esse foi, segundo o especialista, “o exemplo mais óbvio do impacto da política europeia na economia açucareira brasileira” (SCHWARTZ, 2014, pág. 344).

Schwartz usa, na eminência de produção e embasamento teórico de sua pesquisa, muitos dados de Economia para o fundamento de seus argumentos. Assim, ele utiliza das informações numéricas para produzir comparações de uma análise metodológica quantitativa, com as definições de exploratória e de condição descritiva. Elaborou também, através de documentações com uma profunda riqueza de dados, a análise de relatórios da época e contratos de comerciantes com registros em cartórios. O emprego de informações como estas também carrega a intenção de demonstrar, por entre os fatos, que grande parte das cidades e progressos tinham inicialmente base no comércio do açúcar.

O historiador conclui seu pensamento confirmando seu argumento central de que o comércio açucareiro provocou grandes modificações no relacionamento interno e externo do Brasil Colonial, assim como seus estudos sobre sociedade demonstram as relações profundas que existiam entre as classes sociais do litoral. Como foi possível averiguar, ao longo de toda esta resenha, as terras da América que se encontravam sob controle português continham vinculações comerciais muito especializadas, relações estas que iam além do pacto colonial elaborado pela Metrópole. Em seu trabalho, o estudioso nos mostra que existiam muitas outras classes sociais e hierarquizações, incluindo os comerciantes, pessoas institucionalizadas nas Igrejas, os trabalhadores coagidos, ex-escravos libertos e os novos povos originários da mestiçagem. Dessa forma, os ensinamentos adquiridos após a leitura do texto são interessantes para o aprimoramento e expansão dos conhecimentos históricos fundamentais para essa discussão do açúcar.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

SCHWARTZ, Stuart. “O Nordeste Açucareiro no Brasil Colonial”. Parte III: Economia e Sociedade – cap. 6 / In: João Fragoso & Fátima Gouvêa (Org.). O Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, vol. II: 1580-1720, pp.

3

3

7

-

7

8

.